

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	8
DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	9
Demonstração do Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	12

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	26
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	27
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	28

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.504.997
Preferenciais	0
Total	1.504.997
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	31/03/2016	Juros sobre Capital Próprio	31/12/2016	Ordinária		0,08372

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	170.283.600	167.916.926
1.01	Ativo Circulante	118.785.784	122.893.232
1.01.01	Disponibilidades	107	103
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	118.464.962	122.640.157
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	102.599.508	105.916.659
1.01.02.02	Aplicações em Depositos Interfinanceiros	15.865.454	16.723.498
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	102.913	99.735
1.01.03.01	Carteira Propria	102.913	99.735
1.01.07	Operações de Arrendamento Mercantil	-1	-6
1.01.07.01	Arrendamentos a Receber	57	224
1.01.07.02	Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	-57	-224
1.01.07.03	Provisão p/perdas de Arrendamento Mercantil	-1	-6
1.01.08	Outros Créditos	217.803	153.243
1.01.08.01	Rendas a Receber	140.776	140.777
1.01.08.02	Diversos	77.027	12.466
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	49.171.457	42.896.619
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	49.053.688	42.765.394
1.02.01.01	Aplicações em Depositos Interfinanceiros	44.590.149	38.008.607
1.02.01.02	Aplicações no Mercado Aberto	4.463.539	4.756.787
1.02.06	Operações de Arrendamento Mercantil	-2	-18
1.02.06.01	Arrendamentos a Receber	19	21
1.02.06.02	Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	-19	-21
1.02.06.03	Provisão p/perdas de Arrendamento Mercantil	-2	-18
1.02.07	Outros Créditos	117.771	131.243
1.02.07.02	Diversos	117.771	131.243
1.03	Ativo Permanente	2.326.359	2.127.075
1.03.01	Investimentos	2.326.283	2.126.833
1.03.01.02	Participações em Controladas	2.326.283	2.126.833
1.03.03	Imobilizado de Arrendamento	76	242

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	170.283.600	167.916.926
2.01	Passivo Circulante	139.090	16.123
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	54	218
2.01.09	Outras Obrigações	139.036	15.905
2.01.09.01	Sociais e Estatutárias	117.260	10.160
2.01.09.02	Fiscais e Previdenciárias	19.888	3.957
2.01.09.03	Credores p/antecip de vr residual	4	5
2.01.09.04	Diversas	1.884	1.783
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	166.121.331	164.036.418
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	166.006.317	163.922.727
2.02.03.01	Recursos de Debentures	166.006.317	163.922.727
2.02.09	Outras Obrigações	115.014	113.691
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	114.995	113.670
2.02.09.02	Credores p/antecipação de vr residual	19	21
2.05	Patrimônio Líquido	4.023.179	3.864.385
2.05.01	Capital Social Realizado	2.405.982	2.405.982
2.05.04	Reservas de Lucro	1.616.538	1.458.080
2.05.04.01	Legal	481.196	481.196
2.05.04.02	Estatutária	1.135.342	976.884
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	659	323
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	659	323

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	5.389.400	4.078.883
3.01.01	Operações de Arrendamento Mercantil	170	5.720
3.01.02	Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	5.389.230	4.073.163
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-5.328.708	-4.034.256
3.02.01	Captação no Mercado	-5.328.561	-4.028.605
3.02.02	Empréstimos e Repasses	-2	-35
3.02.03	Operações de Arrendamento Mercantil	-166	-5.653
3.02.04	Provisão para Perdas em Crédito	21	37
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	60.692	44.627
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	190.274	199.383
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-6.321	-5.841
3.04.04	Despesas Tributárias	-2.681	-2.073
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-137	-24
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	199.413	207.321
3.05	Resultado Operacional	250.966	244.010
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	250.966	244.010
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	33.492	49.331
3.08.01	Devidos sobre Operações do Período	-9	-285
3.08.02	A Compensar referente Adições Temporárias	33.501	49.616
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	284.458	293.341
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,19000	0,19490

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	284.458	293.341
4.03	Resultado Abrangente do Período	284.458	293.341

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3.067.416	-3.030.459
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	5.377.463	4.035.573
6.01.01.01	Lucro Líquido	284.458	293.341
6.01.01.02	Resultado de Participações em Coligadas/Controlada	-199.413	-207.321
6.01.01.04	Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	-21	-37
6.01.01.05	Provisão de Tributos Diferidos	-33.501	-49.616
6.01.01.07	Resultado de Juros de Debêntures	5.328.561	4.028.605
6.01.01.08	Rendas de Títulos e Valores Mobiliários Disp. Venda	-2.621	-29.399
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.444.879	-7.066.032
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Aplic Interf. de Liquidez	-8.425.490	-6.857.694
6.01.02.02	(Aumento) Redução em TVM e Inst Financ. e Derivativos	14	-856
6.01.02.03	(Aumento) Redução Outros Créditos e Outros Valores e Bens	-16.537	-24.536
6.01.02.04	(Aumento) Redução Operc. de Arrendamento Mercantil	163	1.007
6.01.02.06	Aumento (Redução) Obrig Empréstimos e Empréstimos	-164	-879
6.01.02.07	Aumento (Redução) Outras Obrigações	2.551	65.229
6.01.02.08	Pagamento Imposto de Renda e Cont Social	-5.416	-248.303
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	1.101.575
6.02.06	Redução de Capital de Controlada	0	1.098.792
6.02.07	Recursos da Venda de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	0	2.783
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.244.971	-6.318.220
6.03.01	Captação/Resgate por Debentures	-3.244.971	-5.638.220
6.03.02	Dividendos Pagos	0	-680.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.312.387	-8.247.104
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	91.005.663	82.081.768
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	84.693.276	73.834.664

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.405.982	0	0	1.458.080	0	323	3.864.385
5.03	Saldo Ajustado	2.405.982	0	0	1.458.080	0	323	3.864.385
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	284.458	0	284.458
5.05	Destinações	0	0	0	158.458	-284.458	0	-126.000
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-126.000	0	0	-126.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	284.458	-284.458	0	0
5.05.03.01	Reserva Estatutária	0	0	0	284.458	-284.458	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	336	336
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	299	299
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	37	37
5.13	Saldo Final	2.405.982	0	0	1.616.538	0	659	4.023.179

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.405.982	0	0	660.594	0	-2.042	3.064.534
5.03	Saldo Ajustado	2.405.982	0	0	660.594	0	-2.042	3.064.534
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	293.341	0	293.341
5.05	Destinações	0	0	0	133.341	-293.341	0	-160.000
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-160.000	0	0	-160.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	293.341	-293.341	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	14.667	-14.667	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	278.674	-278.674	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-994	-994
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-374	-374
5.07.04	Benefício Pós-Emprego	0	0	0	0	0	-620	-620
5.13	Saldo Final	2.405.982	0	0	793.935	0	-3.036	3.196.881

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	5.424.244	4.128.536
7.01.01	Intermediação Financeira	5.389.400	4.078.883
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	21	37
7.01.04	Outras	34.823	49.616
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-5.328.729	-4.034.293
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.458	-5.865
7.03.04	Outros	-6.458	-5.865
7.04	Valor Adicionado Bruto	89.057	88.378
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	89.057	88.378
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	199.413	207.321
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	199.413	207.321
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	288.470	295.699
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	288.470	295.699
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.012	2.358
7.09.02.01	Federais	4.012	2.358
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	284.458	293.341
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	284.458	293.341

Comentário do Desempenho

DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, relativas ao período de 01/01 a 31/03 de 2016, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Conselho Monetário Nacional (CMN) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

RESULTADO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Lucro Líquido da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil no período alcançou R\$ 284 milhões e o Patrimônio Líquido R\$ 4.023 milhões. O Lucro Líquido por ação foi de R\$ 0,19 enquanto o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 2,67.

ATIVOS E RECURSOS CAPTADOS

Os Ativos totalizaram R\$ 170.284 milhões e estão substancialmente formados por R\$ 167.519 milhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez. Os Recursos Captados representaram R\$ 166.006 milhões, correspondentes basicamente a Recursos de Debêntures.

AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO Nº 381, DE 14/01/2003, DA CVM

Procedimentos Adotados pela Sociedade

A política de atuação da Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil e da controladora, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a março de 2016, não foram prestados diretamente a Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil serviços não relacionados à auditoria externa pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas. Neste mesmo período não foram prestados às empresas do conglomerado ao qual pertence à Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na instrução CVM nº 381, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 22 de janeiro - assessoria fiscal e de preços de transferência;
- 15 de fevereiro, 7 de março, 23 de março – aquisição de treinamento e materiais técnicos;
- 31 de março – revisão da Escrituração Contábil Fiscal.

Justificativa dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados ao Itaú Unibanco e suas controladas. A política de atuação com o Itaú Unibanco na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços, incluindo a sua aprovação pelo Comitê de Auditoria.

São Paulo, 05 de maio de 2016.

A Administração

Notas Explicativas

DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PERÍODO DE 01/01 A 31/03 DE 2016

(Em Milhares de Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (DIBENS LEASING) tem por objeto social a prática de operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições da legislação em vigor.

As operações da DIBENS LEASING são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A.(Nota 11). Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

As Demonstrações Contábeis elaboradas para o período findo em 31 de março de 2016 foram aprovadas pela Diretoria em 05 de maio de 2016.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da DIBENS LEASING foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (Nota 4a) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimentos.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) **Caixa e Equivalentes de Caixa** – A DIBENS LEASING define como caixa e equivalentes a caixa as disponibilidades que compreendem o caixa e contas correntes em bancos (considerados na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações em Operações Compromissadas – Posição Bancada com prazo original igual ou inferior a 90 dias.
- b) **Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Obrigações por Repasses e Demais Operações Ativas e Passivas** – As operações com cláusula de atualização monetária/cambial e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas *pro rata die* com base na taxa efetiva das operações.
- c) **Títulos e Valores Mobiliários** – Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN. São classificados nas seguintes categorias:
- **Títulos para Negociação** – Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; e
 - **Títulos Disponíveis para Venda** – Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido.

Notas Explicativas

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas.

Os efeitos da aplicação dos procedimentos descritos anteriormente, na controlada e coligadas da DIBENS LEASING, refletidos por estas em conta destacada dos seus Patrimônios Líquidos ou em contas de resultado, foram igualmente registrados diretamente no Patrimônio Líquido ou no Resultado de Participações da controladora proporcionalmente ao percentual de participação.

- d) Arrendamentos a Receber e Valor Residual Garantido (VRG) –** Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação de Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no Imobilizado de Arrendamento Mercantil.

A prática adotada acima difere das práticas contábeis previstas na legislação brasileira, principalmente no que diz respeito ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil.

Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, é calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

- e) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa –** Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas atendidas as normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN, dentre as quais se destacam:

- As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência;
- Considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

- f) Investimentos** - Em controlada e coligadas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

- g) Imobilizado de Arrendamento Mercantil –** Os bens arrendados são registrados no Ativo Imobilizado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens arrendados é reconhecida pelo método linear no prazo de vida útil usual, considerando uma redução de 30% na vida útil do bem, se enquadrada nas condições previstas na Portaria nº 113, de 26/02/1988, do Ministério da Fazenda.

As taxas anuais de depreciação, sem consideração da referida redução são:

Edificações	4%	Veículos e Afins	20% a 25%
Móveis e Utensílios e Instalações	10%	Outros Bens	10% a 20%
Máquinas e Equipamentos	10% a 50%		

- h) Perdas em Arrendamento a Amortizar –** A diferença apurada ao final do contrato, entre o valor residual atribuído e o valor residual garantido, quando devedora, é debitada ao ativo diferido para amortização no prazo restante de vida útil do bem. Para fins de publicação o saldo do Ativo Diferido está sendo classificado em Imobilizado de Arrendamento Mercantil.

- i) Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias:** São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN e Carta Circular nº 3.429, de 11/02/2010, do BACEN e são representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja

Notas Explicativas

legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

Os Exigíveis e os Depósitos Judiciais correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

j) Tributos - Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%	PIS	0,65%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%	COFINS	4,00%
Contribuição Social (*)	20,00%	ISS	até 5,00%

() Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social de 15,00% para 20,00% até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartão de crédito. Para as demais empresas a alíquota continua 9,00%.*

Notas Explicativas

NOTA 4 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores de mercado.

a) Resumo por Vencimento

	31/03/2016				31/12/2015		Valor de Mercado
	Custo	Provisão para Ajustes ao Valor de Mercado refletida no:	Valor de Mercado	%	0 - 30	31-180	
Patrimônio Líquido							
TÍTULOS PRIVADOS	103.624	(711)	102.913	100,0	16.586	86.327	99.735
Cotas de Fundos	16.586	-	16.586	16,1	16.586	-	16.600
Letras Financeiras	87.038	(711)	86.327	83,9	-	86.327	83.135
SUBTOTAL - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	103.624	(711)	102.913	100,0	16.586	86.327	99.735
Títulos para Negociação	16.586	-	16.586	16,1	16.586	-	16.600
Títulos Disponíveis para Venda	87.038	(711)	86.327	83,9	-	86.327	83.135
TOTAL DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVO)	103.624	(711)	102.913	100,0	16.586	86.327	99.735
% por prazo de vencimento				100%	16,1%	83,9%	

Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários em 2016.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos - Em 31/03/2016 e 31/12/2015 não existiam posições em aberto no mercado de derivativos.

c) Análise de Sensibilidade - No Itaú Unibanco Holding S.A., os fatores de risco são controlados e geridos de forma consolidada. Desta forma, os instrumentos financeiros da DIBENS LEASING, subsidiária integral do Itaú Unibanco Holding S.A., são parte integrante da Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação do conglomerado econômico-financeiro, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Acordo de Basileia e alterações posteriores, e pelos regulamentos: Resolução nº 3.464/07, do CMN, e na Circular nº 3.354/07 do BACEN. Por esta razão, não será apresentada uma análise de sensibilidade das posições individuais desta instituição.

Notas Explicativas**NOTA 5 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO (DEMONSTRADAS A VALOR PRESENTE)****a) Composição da Carteira por Faixas de Vencimento e Níveis de Risco**

Composta por Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro R\$ 53 (R\$ 216 em 31/12/2015).

	31/03/2016				31/12/2015	
	AA	A	B	C	Total	Total
Operações em Curso Anormal (*)						
Parcelas Vincendas	-	-	-	-	-	-
01 a 60	-	-	-	-	-	-
91 a 180	-	-	-	-	-	-
181 a 365	-	-	-	-	-	-
Parcelas Vencidas	-	-	-	-	-	-
01 a 60	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-
Operações em Curso Normal						
Parcelas Vincendas	-	-	-	53	53	216
01 a 60	-	-	-	53	53	114
61 a 90	-	-	-	-	-	53
91 a 180	-	-	-	-	-	49
181 a 365	-	-	-	-	-	-0-
Acima de 365	-	-	-	-	-	-0-
Subtotal	-	-	-	53	53	216
Total Geral - 31/03/2016	-	-	-	53	53	216
PDD	-	-	-	3	3	24
Total Geral - 31/12/2015	9	-	-	207	216	
PDD	-	-	-	24	24	

(*) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias ou com composições efetuadas ou de responsabilidade de empresas concordatárias ou em processo de falência.

Notas Explicativas

b) Composição por Setores de Atividade

	31/03/2016	31/12/2015
Setor Privado	53	216
Pessoa Jurídica	53	216
Total	53	216

c) Composição do Valor Presente

	31/03/2016	31/12/2015
Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Arrendamentos a Receber e Valor Residual Garantido	76	245
(Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear)	(76)	(245)
Imobilizado de Arrendamento	76	242
Bens Arrendados	2.345	2.721
Veículos e Afins	2.345	2.721
Máquinas e Equipamentos	-	-
Perdas em Arrendamento a Amortizar	-	-
Depreciação Acumulada	(2.269)	(2.479)
(Depreciações Acumulada)	(2.345)	(2.721)
Superveniência de Depreciação	76	242
(Credores por Antecipação de Valor Residual)	(23)	(26)
Total	53	216

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2015
Saldo Inicial	(24)	(74)
Reversão (Constituição) Líquida do Período	21	37
Saldo Final	(3)	(37)
Provisão Requerida pela Resolução 2.682/99 (Nota 3e)	(1)	(11)
Provisão Complementar (*)	(2)	(26)

(*) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN, utilizando-se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da instituição, que considera inclusive as perdas potenciais para créditos rotativos.

Em 31/03/2016 o saldo da provisão em relação a carteira de arrendamento mercantil equivale a 5,66% (11,11% em 31/12/2015).

e) Recuperação e Renegociação de Créditos

Nos período de 01/01 a 31/03/2016 e no exercício de 01/01 a 31/12/2015 não houve recuperação de créditos baixados (write-offs).

NOTA 6 – ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A execução das atividades normais da DIBENS LEASING acarreta em contingências que podem ser classificadas conforme segue.

a) Ativos Contingentes: não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingências: os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras, bem como outros riscos.

Notas Explicativas

Ações Fiscais e Previdenciárias

As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de autolançamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos constituem provisão sempre que a perda for considerada provável.

A seguir apresentamos a movimentação das provisões e os saldos dos respectivos depósitos em garantia das Obrigações Legais:

Provisões	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/12/2015
	Obrigações Legais - Total	Total
Saldo Inicial	112.698	103.128
Encargos sobre Tributos	-	9.570
Saldo Final (Nota 7c)	112.698	112.698

Depósitos em Garantia	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/12/2015
	Obrigações Legais - Total	Total
Saldo Inicial	114.740	103.128
Apropriação de Rendas	3.030	11.612
Saldo Final (Nota 7bl)	117.770	114.740

A discussão relativa às Obrigações Legais é descrita a seguir:

- CSLL – R\$ 112.698 – Isonomia: Enquanto a Lei aumentou a alíquota de CSLL das empresas financeiras e seguradoras para 15%, discutimos a ausência de respaldo constitucional e, por isonomia, defendemos a incidência à alíquota normal de 9%. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 117.770.

A DIBENS LEASING, com base na opinião de seus assessores legais, não está envolvida em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais, que possam afetar significativamente os resultados de suas operações.

NOTA 7 – TRIBUTOS

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

Demonstração do Cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social:

	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2015
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	250.966	244.010
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes (Nota 3j)	(112.935)	(97.604)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Resultado de Participações em Controlada e Coligadas	89.736	82.928
Juros sobre o Capital Próprio	56.700	64.000
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas das Receitas não Tributáveis	(9)	7
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos	33.492	49.331

Notas Explicativas

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, estão representados por:

ATIVO	31/12/2015	Realização/ Reversão	Constituição	31/03/2016
Refletida no Resultado	11.991	(9)	34.832	46.814
Prejuízos Fiscais e Base Negativa	11.980	-	10.212	22.192
Provisão para Créditos de Liquidação	11	(9)	-	2
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	24.620	24.620
Refletida no Patrimônio Líquido - Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	609	(271)	-	338
Total^(*)	12.600	(280)	34.832	47.152

(*) Outros Créditos - Diversos totalizam R\$ 194.798 (R\$ 143.709 em 31/12/2015) e estão compostos basicamente por Depósitos em Garantia de Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias R\$ 117.770 (R\$ 114.740 em 31/12/2015), Créditos Tributários R\$ 47.152 (R\$ 12.600 em 31/12/2015), Impostos e Contribuições a Compensar R\$ 10.460 (R\$ 7.985 em 31/12/2015), e Depósitos em Garantia de Provisões Cíveis R\$ 19.416 (R\$ 8.384 em 31/12/2015).

II - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários existentes em 31/03/2016, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade são:

Ano de Realização	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%	Total
2016	24.960	100,0%	22.192	100,0%	47.152
Valor Presente ^(*)	24.180		21.500		45.680

(*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, recomendamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias fiscais não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

III - Em 31/03/2016 e 31/12/2015, não existem Impostos Diferidos Ativos e Passivos não contabilizados.

c) Obrigações Fiscais e Previdenciárias

O saldo das Obrigações Fiscais e Previdenciárias está representado por:

	31/03/2016	31/12/2015
Impostos e Contribuições a Pagar/Recolher	19.884	3.949
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias (Nota 6b)	112.698	112.698
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	2.301	980
Total	134.883	117.627

Notas Explicativas

NOTA 8 - INVESTIMENTOS

Empresas	Saldos em 31/12/2015			Movimentação até 31/03/2016				Saldos em 31/03/2016	Saldos em 31/03/2015	Resultado de Participações em Controladas de 01/01 a 31/03/2015
	Valor Patrimonial		Saldos em 31/12/2015	Resultado de Participações em Controladas			Ajuste de TVM de Controladas e Outros			
	PL	RNR		Lucro Líquido	RNR	Total				
Redecard S.A.	2.611.868	(1.182.369)	1.429.499	89.878	98.548	188.426	26	1.617.951	1.009.122	173.848
Unibanco Negócios Imobiliários Ltda.	697.334	-	697.334	10.987	-	10.987	11	708.332	669.771	33.473
TOTAL GERAL	3.309.202	(1.182.369)	2.126.833	100.865	98.548	199.413	37	2.326.283	1.678.893	207.321

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido do Período	Nº de Ações/Cotas de Propriedade da Dibens Leasing			Participação no Capital Votante (%)	Participação no Capital Social (%)
				Ordinárias	Preferenciais	Cotas		
Unibanco Negócios Imobiliários Ltda.	730.775	1.176.829	18.254	-	-	1.912.398.878	60,19	60,19

NOTA 9 - RECURSOS DE DEBÊNTURES

Apresentamos os recursos de Debêntures, de Natureza Simples e Pública, da Espécie Subordinada:

Características (1)	Nº Registro na CVM	Emitida	Quantidade				Montante em Circulação		Data de Vencimento	Data de Repactuação	Periodicidade do Pagamento dos Juros
			Em Circulação		Em Tesouraria		31/03/2016	31/12/2015			
			31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015					
4ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SEP/GER/DEB-93/099 e 112	260	121	216	139	44	2.017.120	3.473.739	01/04/2022	não há	No Vencimento
4ª Emissão - Série Única	SEP/GER/DEB-96/120	200	91	91	109	109	523.963	507.462	01/08/2016	01/08/2016	No Vencimento
5ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SEP/GER/DEB-95/034 e 075	3.000	2.989	2.989	11	11	5.422.907	5.252.133	01/04/2022	não há	No Vencimento
5ª Emissão - Série Única	SER/DEB-2005/013	1.200	336	955	864	245	1.165.260	3.202.583	01/02/2025	não há	No Vencimento
6ª Emissão - Série Única (2)	SEP/GER/DEB-96/175	1.800.000	7.391	32.185	1.792.609	1.767.815	59.795	252.200	01/06/2022	não há	No Vencimento
8ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SRE/DEB/2002/042 e 043	3.203	1.698	1.698	1.505	1.505	2.440.352	2.363.502	01/11/2022	01/11/2017	No Vencimento
9ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SRE/DEB/2005/001 e 002	400.000	341.242	341.242	58.758	58.758	8.921.520	8.640.571	01/10/2024	01/10/2024	No Vencimento
4ª Emissão - 2ª Série	SRE/DEB/2006/023	6.750	6.248	5.978	502	772	17.309.010	16.039.437	01/06/2021	não há	No Vencimento
5ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2007/046	50.000	47.914	47.914	2.086	2.086	11.280.623	10.925.382	01/10/2022	não há	No Vencimento
4ª Emissão - 3ª Série	SEP/GER/DEB-93/103	20	4	4	16	16	73.546	71.230	01/03/2035	não há	No Vencimento
5ª Emissão - Série Única	SEP/GER/DEB-97/105	3.500	3.150	3.150	350	350	4.840.797	4.688.354	01/04/2020	não há	No Vencimento
6ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2006/025	1.500.000	1.428.801	1.395.134	71.199	104.866	39.123.132	36.998.269	01/07/2026	01/07/2016	No Vencimento
7ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2007/024	1.000.000	961.177	938.769	38.823	61.231	23.258.843	22.001.239	01/07/2027	03/07/2017	No Vencimento
8ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2008/004	1.000.000	971.780	954.387	28.220	45.613	22.480.690	21.383.058	01/12/2027	01/12/2017	No Vencimento
6ª Emissão - Série Única (2)	SRE/DEB/2005/012	2.400.000	1.879.006	1.865.883	520.994	534.117	6.576.305	6.324.726	10/01/2020	não há	No Vencimento
7ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2005/056	2.400	1.825	2.400	575	-	5.539.087	7.054.888	01/11/2020	não há	No Vencimento
8ª Emissão - 1ª série	SRE/DEB/2012/001	2.000.000	994.279	1.010.879	1.005.721	989.121	14.973.367	14.743.954	26/01/2032	não há	No Vencimento
Total		10.170.533	6.648.052	6.603.874	3.522.481	3.566.659	166.006.317	163.922.727			

(1) 100% da Taxa Média Diária dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DI expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

(2) Desdobramento das debêntures conforme aditamento de 13/06/2014.

Notas Explicativas

NOTA 10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) **Capital Social** - Está representado por 1.504.996.693 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.
- b) **Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio** - Os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, conforme previsto no Estatuto Social.

Em Reunião do Conselho de Administração de 31/03/2016 foram declarados Juros sobre o Capital Próprio no montante líquido de R\$ 126.000, à razão de R\$ 0,08 por ação, sendo R\$ 107.100 o valor bruto e R\$ 18.900 de Imposto de Renda Retido na Fonte.

c) Ajustes de Avaliação Patrimonial

	31/03/2016	31/12/2015
Ajustes ao Valor de Mercado (no PL) de Títulos Disponíveis para Venda	(374)	(673)
Obrigações de Benefícios Pós Emprego	1.033	996
Ajuste de Avaliação Patrimonial	659	323

NOTA 11 - PARTES RELACIONADAS

- a) As operações realizadas entre partes relacionadas, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. Entre essas operações destacam-se:

	Ativos (Passivos)		Rceitas (Despesas)	
	31/03/2016	31/12/2015	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2015
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ^(*)	167.518.650	165.405.551	5.382.924	4.042.821
Itaú Unibanco S.A. Controlador	150.325.288	147.396.011	4.836.316	3.216.434
Itaú BMG Consignado S.A. Ligada	10.791.412	10.451.183	340.229	346.330
Banco Itaucard S.A. Ligada	6.401.950	7.558.357	206.379	480.057
Valores a (Pagar) a Sociedades Ligadas	(41)	(40)	(1)	(24)
Itaú Corretora de Valores S.A. Ligada	(41)	(40)	(1)	(24)
Recursos de Debêntures	(166.006.317)	(163.922.727)	(5.328.561)	(4.028.605)
Itaú Unibanco S.A. Controlador	(166.006.317)	(163.922.727)	(5.328.561)	(4.028.605)

(*) A carteira é composta por Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada com vencimentos até 30 dias R\$ 91.285.381, de 31 a 180 dias R\$ 8.088.041, de 181 a 365 dias R\$ 3.226.086 e acima de 365 dias R\$ 4.463.539; e Aplicações em Depósitos Interfinanceiros com vencimentos até 30 dias R\$ 1.020.157; de 31 a 180 dias R\$ 11.502.747, de 181 a 365 dias R\$ 3.342.550 e acima de 365 dias R\$ 44.590.149.

Apresentamos abaixo as taxas praticadas para as operações entre partes relacionadas em 31/03/2016:

	Taxas Anuais
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	100% da SELIC 100% do CDI Prefixada 14,15%

- b) **Remuneração do Pessoal Chave da Administração** – Os honorários atribuídos aos Administradores da DIBENS LEASING são pagos pelo controlador Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTA 12 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- a) **Outras Despesas Administrativas** – Totalizam R\$ (6.321) (R\$ (5.841) de 01/01 a 31/03/2015) e estão representadas basicamente por Processamento de Dados e Telecomunicações R\$ (5.866) (R\$ (5.279) de 01/01 a 31/03/2015).

Notas Explicativas

b) Gerenciamento de Riscos e Capital – A gestão de riscos e capital é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno.

O gerenciamento de risco é o processo onde:

- São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais das operações;
- São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos consistentes com as orientações do Conselho de Administração e as estratégias;
- A carteira é administrada vis-à-vis as melhores relações risco-retorno.

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação.

Os processos de gestão de risco permeiam toda a instituição, estando alinhados às diretrizes do Conselho de Administração e dos Executivos que, por meio de órgãos colegiados, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as recomendações no Brasil. O controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é realizada de forma centralizada, visando assegurar que os riscos do conglomerado Itaú Unibanco sejam administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições do conglomerado aos riscos, bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site www.italu-unibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa / Gerenciamento de Riscos – Pilar 3, que não faz parte das demonstrações contábeis

I - Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo o risco das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), entre outros índices baseados nestes fatores de risco.

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição monitora e controla os riscos de variações nas cotações dos instrumentos financeiros devidas aos movimentos de mercado, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, alertas, modelos e ferramentas de gestão adequados.

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado encontra-se em linha com os princípios da Resolução CMN nº 3.464 de 26 junho 2007 e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as suas unidades de negócio e suas entidades organizacionais do conglomerado.

O documento “Relatório de acesso Público – Risco de Mercado” que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado, que não faz parte das demonstrações financeiras, pode ser visualizado no site www.italu-unibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado.

A estratégia de gerenciamento de risco busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Perfil da carteira;
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

Notas Explicativas

O processo de gerenciamento de risco de mercado ocorre dentro da governança e hierarquia de órgãos colegiados e de uma estrutura de limites e alertas aprovada especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado (como risco de taxa de juros, risco de variação cambial, entre outros). Este arcabouço de limites e alertas cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco (nível carteira) até limites granulares (nível de mesas individuais). A estrutura de limites de risco de mercado estende-se ao nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar a concentração de riscos. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, tamanho do patrimônio, liquidez, complexidade e volatilidades dos mercados bem como apetite de risco da instituição. Os limites são monitorados diariamente sendo que os excessos e violações potenciais de limites são reportados e discutidos para cada limite estabelecido:

- Em um dia útil, para a gestão das unidades de negócios responsável e executivos da área de controle de risco e das áreas de negócios; e
- Em até um mês, para órgãos colegiados competentes.

Relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para os executivos. Além disso, o processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas.

A estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada por órgãos colegiados. O processo de definição dos níveis de limites e os relatórios de violações seguem a governança de aprovação dos normativos institucionais. O fluxo de informações estabelecido visa a dar ciência aos diversos níveis executivos da instituição, inclusive aos membros do Conselho de Administração por intermédio de Comitês responsáveis pela gestão de riscos. Esta estrutura de limites e alertas promove a eficácia e a cobertura do controle, sendo revisada, no mínimo, anualmente.

A estrutura de controle de risco de mercado tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco Global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança com segurança.

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em vários fatores de risco. Fatores de risco de mercado são componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais grupos de fatores de risco mensurados são:

- Taxas de Juros: risco de perda nas operações sujeitas à variações nas taxas de juros;
- Cupons Cambiais: risco de perda nas operações sujeitas à variações das taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Variação Cambial: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial;
- Índices de Preços: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas dos cupons de índices de preços;
- Renda Variável: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações e commodities;

Notas Explicativas

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco calculada a valor de mercado ("*MtM - Mark to Market*"); e
- *VaR Estressado*: métrica estatística derivada do cálculo de *VaR*, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando-se em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (*GAPS*): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (*Gregas*): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo

O conglomerado Itaú Unibanco utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre principalmente em São Paulo, em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

O conglomerado Itaú Unibanco, mantendo sua gestão conservadora e diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital no período.

II - Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor, da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis adequados para cada segmento de mercado em que opera e a criação de valor para os acionistas, através da análise do retorno ajustado ao risco.

Para proteger-se contra perdas decorrentes de operações de crédito, a instituição considera todos os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente para definir o nível de provisões adequado ao risco incorrido em cada operação. Observa-se, para cada operação, a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação e a eventual existência de valores em atraso.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721/09, do CMN, o conglomerado Itaú Unibanco possui estrutura e política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

O documento que expressa as diretrizes estabelecidas pela política interna de controle de risco de crédito pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa,

Notas Explicativas

Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Crédito, que não faz parte das Demonstrações Contábeis.

III - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A estrutura de gerenciamento busca identificar, avaliar, mitigar, monitorar e reportar o risco operacional com a finalidade de garantir a qualidade do ambiente de controle aderente às diretrizes internas e à regulamentação vigente.

Os gestores das áreas executivas utilizam metodologias corporativas construídas e disponibilizadas pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional.

Dentro da governança do processo de gerenciamento existem fóruns específicos para tratar o assunto de risco operacional, controles internos e *compliance* onde periodicamente se apresentam os reportes consolidados do monitoramento dos riscos, controles, planos de ação e perdas operacionais aos executivos das áreas de negócio.

Uma versão resumida do normativo institucional de gerenciamento de risco operacional, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser acessada no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco Operacional.

IV - Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio e responsável por definir a composição da reserva, propor premissas para o comportamento do fluxo de caixa, identificar, avaliar, monitorar, controlar e reportar diariamente a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, propor limites de risco de liquidez individualmente nos países onde o conglomerado Itaú Unibanco opera, simular o comportamento do fluxo de caixa sob condições de estresse, avaliar e reportar previamente os riscos inerentes a novos produtos e operações e reportar as informações requeridas pelos órgãos reguladores. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

A mensuração do risco de liquidez abrange todas as operações financeiras das empresas do conglomerado Itaú Unibanco, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas, tais como as advindas de serviços de liquidação, prestação de aviais e garantias, e linhas de crédito contratadas e não utilizadas.

O documento que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público – Risco de Liquidez, que não faz parte das Demonstrações Contábeis.

- c) **Comitê de Auditoria Único** – Em atendimento à Resolução nº 3.198, de 27/05/2004, do CMN, a DIBENS LEASING aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, por intermédio da instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. O resumo do relatório do referido Comitê é divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis da instituição líder.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Instituição"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações

intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 05 de maio de 2016

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva

Contador CRC 1SP197007/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Não se aplica.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Não se aplica.